

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Investimento Direto Externo no Século XXI: Um Olhar Sobre a Relação Sino-brasileira

BETINA COLNAGO COSTA

Matrícula nº: 111012875

ORIENTADOR (A): Prof.^a Marta Calmon Lemme

ABRIL 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Investimento Direto Externo no Século XXI: Um Olhar Sobre a Relação Sino-
brasileira

BETINA COLNAGO COSTA

Matrícula nº: 111012875

ORIENTADOR (A): Prof.^a Marta Calmon Lemme

ABRIL 2016

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do
(a) autor (a).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não seria possível sem toda a contribuição acadêmica que obtive nesses anos de graduação na UFRJ. A todos os docentes que contribuíram de alguma forma para minha formação, deixo o meu muito obrigada. Em especial, gostaria de agradecer à professora Marta Lemme, que me orientou ao longo desse projeto final. Além disso, não posso deixar de fora desse agradecimento minha família que tanto me apoiou: meu pai, Tomás; minha mãe, Clarice; e minha irmã, Carolina.

RESUMO

Essa monografia tem como objetivos analisar, de maneira geral, os fluxos internacionais de investimento direto externo (IDE) no século XXI - que em 2007 chegaram atingiram um recorde de US\$1,8 trilhões para fluxos de entrada - e, de maneira particular, o incremento nos fluxos de investimento chineses para o Brasil a partir de 2010 – quando os fluxos de entrada de IDE chinês somaram U\$13 bilhões. Foram utilizados como base de dados as tabelas da UNCTAD, que compila informações de autoridades nacionais e internacionais, e os trabalhos da CEBC, que colhe informações divulgadas na mídia e depois as confirma diretamente com a empresa e seus registros financeiros.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – OS DETERMINANTES DO IDE PARA ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO	12
I.1 – O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E A EMPRESA MULTINACIONAL.....	12
I.2 – AS TEORIAS MODERNAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO	13
I.3 – OS DETERMINANTES DO IDE PARA ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO.....	17
CAPÍTULO II – A DÉCADA DE 2000: EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO....	19
II.1 – ANTECEDENTES.....	19
II.2 – A DÉCADA DE 2000	20
II.3 – O CASO BRASILEIRO.....	23
II.4 – O CASO CHINÊS.....	28
CAPÍTULO III – UM NOVO RUMO NAS RELAÇÕES SINOBRASILEIRAS .	32
III.1 – PANORAMA GERAL.....	32
III.2 – O NOVO RUMO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	35
III.3 – CARACTERÍSTICAS DO IDE CHINÊS NO BRASIL	36
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fluxos de Entrada de IDE: 1990-2000	20
Gráfico 2 – Fluxos de Entrada de IDE: 2000-2010	21
Gráfico 3 – Fluxos de IDE no Brasil: 1990-2000	24
Gráfico 4 – Fluxos de IDE no Brasil: 2000-2010	25
Gráfico 5 – Estoque de IDE no Brasil: 1990-2010	26
Gráfico 6 – Distribuição por Atividade Econômica - 2009	27
Gráfico 7 – Fluxos de Entrada de IDE: 1990-2000	28
Gráfico 8 – Fluxos de Entrada de IDE: 2000-2010	30
Gráfico 9 – Fluxos de Saída de IDE: 2007-2014	32
Gráfico 10 – Fluxos de Entrada de IDE: 2007-2014	33
Gráfico 11 – Valor dos Projetos de Investimento Chinês no Brasil: 2007-2013	36
Gráfico 12 – Participação Chinesa no Total de Fluxos de Entrada de IDE no Brasil no Brasil	37
Gráfico 13 – Número de Projetos de Investimento Chinês no Brasil: 2007- 2013	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ranking de Países por Fluxo de Entrada de IDE em 1990, 2000 e 2010	22
Tabela 2 – Fluxos de Saída de IDE: 1990-1999	29
Tabela 3 – Fluxos de Saída de IDE: 2000-2009	30
Tabela 4 – Ranking de Países por Fluxo de Entrada de IDE em 2014.....	34
Tabela 5 – Ranking de Países por Fluxo de Saída de IDE em 2014.....	34
Tabela 6 – Projetos de Investimento Chineses no Brasil.....	39

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E CONVENÇÕES

IDE – Investimento Direto Externo

UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*

CEBC – Comissão Empresarial Brasil-China

F&A – Fusões e Aquisições

EMN – Empresa Multinacional

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Central SOEs - Central State Owned Enterprises

CNPC – China National Petroleum Corporation

CNOOC - China National Offshore Oil Corporation

CCE – Comércio de Componentes Eletrônicos

PED – Países em Desenvolvimento

PD – Países Desenvolvidos

PT – Países em Transição

INTRODUÇÃO

O investimento direto externo (IDE) exerce um papel central na promoção de uma integração econômica internacional, podendo ser um fator importante no desenvolvimento econômico de regiões relativamente mais atrasadas. Na economia brasileira, o IDE vem assumindo uma relevância cada vez maior devido ao seu rápido crescimento ao longo das últimas décadas, de tal forma que, entre os anos de 1990 e 2010 seu estoque na economia passou de US\$37,1 bilhões para US\$680 bilhões (UNCTAD). Esse resultado permitiu ao país ocupar a posição como o sexto país que mais recebeu investimentos estrangeiros em 2014.

Na década de 1990, a abertura comercial alinhada às políticas de desregulamentação e privatização constituíram os principais fatores a impulsionar o aumento inicial nos influxos de capitais externos, num período em que o contexto internacional era de globalização financeira e liberalização dos fluxos de capitais. Além disso, após décadas de instabilidade e alta pressão inflacionária, finalmente foi alcançada a estabilização monetária, essencial para atrair os investidores internacionais. Em consequência, o estoque de IDE na economia brasileira atingiu a marca de US\$122 bilhões em 2000 (UNCTAD).

A tendência crescente se fortaleceu ao longo da década de 2000 - salvo no ano de 2009, devido ao impacto da crise financeira internacional. Graças à manutenção de taxas de crescimento elevadas, ao aquecimento do mercado de consumo brasileiro e à redução do risco país, foi possível acelerar ainda mais a entrada de investimentos estrangeiros. Ademais, a alta nos preços das commodities também foi fator importante para tornar o Brasil um destino ainda mais interessante para o investidor estrangeiro nos ramos de petróleo, minério de ferro, café e soja, entre outros.

A economia chinesa, por sua vez, vem vivenciando desde a década de 1990 um processo de liberalização e abertura econômica, que a permitiu integrar e até, mais recentemente, liderar a economia mundial. Esse processo teve uma repercussão muito forte na dinâmica dos investimentos internacionais, que descobriram uma nova oportunidade no país. Dessa forma, a China saiu de um estoque de IDE no valor de US\$20,6 bilhões em 1990 para US\$587,8 bilhões em 2010. Para se ter uma ideia, o país, que em 1990 recebeu cerca de US\$3,5 bilhões em IDE, em 2000 chegou à cifra de US\$ 40 bilhões e em 2010, alcançou os US\$110 bilhões em influxos de IDE.

Além disso, esse processo permitiu e impulsionou a participação chinesa nos fluxos internacionais de IDE. Com foco no setor de energia e de metais e químicos, o país possui atualmente investimentos em todos os continentes. As indústrias de transporte e de comunicação também possuem grande participação dos IDE chineses pelo mundo, principalmente na América do Sul, na Europa e no norte da África (CEBC, 2011, P.6).

Todavia, apesar da grande expansão dos investimentos chineses já na década de 1990, o Brasil ficou de fora do grupo de seus principais destinos durante essa expansão. Apenas em 2010, com um aumento sem precedentes nos influxos vindos da China – que alcançou o valor de US\$ 13,1 bilhões -, é que o país finalmente adentrou o círculo dos principais países receptores de IDE chinês.

O presente trabalho tem como objetivos analisar, de maneira geral, os fluxos internacionais de IDE no século XXI e, de maneira particular, o incremento nos fluxos de investimento chineses para o Brasil a partir de 2010. É importante citar que poderá haver divergências entre os dados recolhidos pela UNCTAD e aqueles apresentados pela CEBC. Uma vez que a UNCTAD compila seus dados com base em informações fornecidas por autoridades nacionais e internacionais, as quais possuem diferentes metodologias para classificação e compilação de dados sobre IDE, uma mesma transação pode ser registrada de forma completamente diferente pelos países nela envolvidos. Além disso, a existência de paraísos fiscais e ilhas de exportação muitas vezes mascaram o real país por trás de certas transações.

A apuração das informações pela CEBC, por sua vez, é feita em três etapas. Primeiramente, são levados em consideração os dados sobre investimentos que foram anunciados na imprensa - em jornais de grande circulação e em portais de notícias. Em seguida, esses dados são confirmados pela equipe do CEBC via contato direto com as empresas chinesas e seus parceiros brasileiros. E uma terceira etapa consiste na análise dos registros financeiros das empresas e de documentos públicos sobre IDE. Esse processo é realizado de forma a superar “as discrepâncias em termos dos métodos de compilação e a falta de transparência”, que “resultam em um quadro limitado sobre os dados de IED chinês”, permitindo uma melhor percepção dos investimentos realizados pelos chineses no Brasil. (CEBC, 2013, P.19).

Para esse fim, encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro deles irá tratar das teorias modernas sobre a determinação dos IDEs, principalmente em

países em desenvolvimento, a partir de uma revisão bibliográfica. Em seguida, no segundo capítulo, será apresentado um panorama da evolução dos investimentos diretos no mundo e, mais especificamente, no Brasil e na China ao longo das décadas de 1990 e 2000. Para essa análise será utilizada a base de dados da UNCTAD. Por fim, o terceiro capítulo fará uma análise mais particular dos fluxos de investimento entre os dois países a partir de 2010, a partir dos dados fornecidos pela Comissão Empresarial Brasil-China (CEBC).

CAPÍTULO I – OS DETERMINANTES DO IDE PARA ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO

1.1 – O investimento direto externo e a empresa multinacional

O investimento direto externo (IDE) tem atraído uma atenção cada vez maior, tanto a nível nacional como a nível internacional, ao se apresentar como um fator importante no desenvolvimento econômico e na promoção da integração econômica internacional. Atribui-se a esses investimentos a capacidade de gerar empregos, de aumentar a produtividade e a competitividade de uma economia e de difundir tecnologia. E, no caso dos países em desenvolvimento, ainda permite aumentar as exportações e o acesso a mercados e moedas estrangeiros, funcionando como uma fonte importante de recursos para a economia local.¹

O IDE se caracteriza como um investimento transfronteiriço - isto é, direcionado a um país que não o do investidor - de longo prazo para aquisição de no mínimo 10% das ações ordinárias de uma empresa (UNCTAD, 2014, p.3). Sua principal diferença para o investimento em carteira, é que, no caso do investimento direto, verifica-se que o investidor efetivamente passa a exercer influência nas decisões da firma. O IDE possui três componentes: capital social, lucros reinvestidos e empréstimos intra-companhia. Além disso, também podem ser classificados como:

- investimentos “greenfield” - aquisição de nova capacidade produtiva;
- Fusões e Aquisições (F&A) - aquisição total ou parcial de uma empresa local;
- Joint Ventures - participação acionária de diferentes empresas na criação de uma terceira com fins bem específicos.

As empresas multinacionais (EMNs) estão por trás da maior parte dos IDE. Gonçalves apresenta a EMN como “*um epifenômeno da própria dinâmica de desenvolvimento capitalista, isto é, [...] a resultante da convergência do processo de centralização e concentração do capital e do processo de destruição criadora*” (Gonçalves, 1984, P. 121) - no que ele chama de uma perspectiva Marxista-Schumpeteriana. Esses processos são considerados inerentes à expansão do

¹ Não vamos tratar desse debate, para mais detalhes ver Barroso (2014).

capitalismo, que caminha na direção da expansão e conseqüente internacionalização das relações econômicas.

Por conseguinte, as EMNs através de IDE contribuem, em primeiro lugar, para a acumulação de capital, uma vez que ao aumentar a competição no mercado receptor, elas acabam por melhorar a eficiência alocativa e por reduzir as deseconomias de escala, retirando do mercado as firmas ineficientes (Gonçalves, 1990). Em segundo lugar, também contribuem para o desenvolvimento tecnológico ao acelerar a transferência de tecnologia e de técnicas gerenciais dos países desenvolvidos para os países mais atrasados (Amal e Seabra, 2007; Jadhav, 2012). Por fim, contribuem também para o ajuste externo da economia receptora, pois proporcionam um influxo de divisas estrangeiras.

Todavia, a dependência de capital estrangeiro acentua a vulnerabilidade externa do país, cuja trajetória econômica passa a oscilar cada vez mais conforme a economia internacional. Além disso, também há aqueles que argumentam que a entrada de EMN em países em desenvolvimento com fracas instituições – principalmente trabalhistas e ambientais - favorece a exploração dos recursos locais de maneira abusiva e negligente.

1.2 – As Teorias Modernas da Internacionalização

De início, é importante explicar, como o fez Gonçalves, que *“talvez não seja possível a construção de uma ‘teoria geral’ da internacionalização da produção”*. Segundo o autor, os elementos determinantes *“dos fluxos internacionais de fatores e produtos operariam em condições tão diversas e seriam de natureza tão heterogênea”* - condições essas que podem ser a nível econômico, político e social -, *“que não seria possível a construção de uma teoria geral do processo de internacionalização da produção”* (Gonçalves, 1984, P.115).

A teoria tradicional do investimento não obteve sucesso ao tentar evidenciar os determinantes do IDE. Ao considerar os fluxos de investimento como sendo determinados exclusivamente pelo diferencial de retorno, ela não considera a diferença fundamental que existe entre o investimento direto e o investimento em carteira. São as teorias modernas da internacionalização que vão abordar de forma separada os dois tipos de investimento, uma vez que tentarão esclarecer o que

determina inicialmente a internacionalização da produção por parte das firmas multinacionais e, em seguida, o porquê de se optar pela internacionalização via IDE.

De acordo com Gonçalves (1984), quem primeiro abordou essa questão foi Penrose em 1956. Segundo a autora, o processo de crescimento da firma levava à expansão e diversificação de seus mercados, tanto no ambiente doméstico quanto no ambiente internacional. Dessa forma, a internacionalização da firma seria apenas uma consequência natural desse processo, uma vez que as firmas bem sucedidas acabariam adquirindo para si recursos internos responsáveis pela promoção de “*vantagens especiais*” frente à concorrência com outras firmas em mercados internacionais. Dentre esses recursos, se destacariam a capacidade gerencial da firma, seu conhecimento tecnológico e suas inovações.

Todavia, quem desenvolve melhor essa ideia de “*vantagens especiais*”, ou vantagens específicas é Hymer em 1960. Em seus trabalhos, o autor explica que a EMN opta por internacionalizar sua produção via IDE por três motivos: ou porque possui vantagens sobre as firmas locais, ou porque almeja antecipar-se à competição local – “*investimento defensivo*” -, ou porque deseja reduzir riscos através da diversificação de seus mercados. O primeiro fator é considerado o principal dentre os três e será abordado de maneira mais aprofundada a seguir.

A ideia de que a EMN goza de certas vantagens, ditas compensatórias, implica que “*os custos associados com a operação internacional devido à falta de conhecimento do novo meio ambiente, discriminação eventual e outros tipos de riscos e incertezas*” podem ser compensados (Gonçalves, 1984, P.109). Isto é, na presença desses benefícios a empresa preferirá internacionalizar a produção ao invés de apenas exportar ou licenciar o seu produto. Essas vantagens específicas à EMNs podem ser dadas, segundo Nonnenberg e Mendonça (2005), por:

- concorrência imperfeita - via diferenciação de produto, conhecimento patentado ou próprio, e/ou discriminação no acesso ao capital;
- economias de escala internas ou externas; e/ou
- intervenção governamental.

Já a teoria do Ciclo do Produto desenvolvida por Vernon² em 1966, teve como propósito de analisar a relação entre os IDE e as exportações norte-americanas no período que sucedeu a Segunda Guerra. Seus estudos o levaram a crer que a EMN passaria por um processo de expansão contínuo, junto ao qual a indústria e a concorrência cresceriam e se diversificariam. Esse processo se divide em três fases: inovação, crescimento e maturidade.

Na primeira fase, a produção se inicia e permanece em seu país de origem, próxima às atividades de pesquisa e desenvolvimento, enquanto a empresa busca por inovações. Uma vez em posse de vantagens de produção, decorrentes principalmente dessas inovações, a firma começa a difundir o seu produto no mercado internacional via exportações, e assim temos a segunda fase. Por fim, com a redução das vantagens monopolísticas e a busca por diferenciais de custo, a EMN é forçada a deslocar sua produção. Nesse estágio final, a produção já está padronizada, e passa a ocorrer exclusivamente naqueles países que proporcionam maiores vantagens nos custos de produção, de onde o produto passa a ser exportado, inclusive para o país de origem.

Outra teoria que também tem chamado bastante a atenção dos economistas é o Paradigma OLI de John Dunning. Procurando sintetizar uma teoria da internacionalização, Dunning³ apresenta o que ele chama de sua “*abordagem eclética*”, um paradigma baseado em três fatores com o objetivo de justificar a internacionalização ou não da produção por parte da firma: a existência de vantagens de propriedade (Ownership), de localização (Location) e de internalização (Internalization).

As vantagens de propriedade (O) estão relacionadas ao tamanho da firma, à disponibilidade e ao uso dos recursos, e representam uma condição necessária em termos de internacionalização da produção. A partir daí, Dunning desenvolve sua teoria de maneira a determinar a forma pela qual a firma irá internacionalizar sua

² Para mais detalhes acerca da Teoria do Ciclo do Produto: VERNON, R. *International investment and international trade in the product cycle. Quarterly Journal of Economics*, v. 80, 1966.

³ Para mais detalhes acerca do Paradigma OLI: Dunning, J. *The Determinants of International Production. Oxford Economic Papers*, 25, 1973.

produção: internalização da produção via exportação ou IDE; ou externalização, via concessão de licenças.

Dadas as vantagens de propriedade, a existência de fatores locacionais (L), relacionados aos recursos disponíveis no país, às suas condições institucionais, ao tamanho e ao crescimento do mercado, favorece a opção pela internacionalização via IDE ou concessão de licenças em detrimento das exportações. Já a existência de vantagens de internalização (I), relacionadas aos custos de transação, a risco e incerteza e à valoração da tecnologia, tornariam mais atrativas as opções pelo IDE ou pelas exportações frente à concessão de licenças. Dessa forma, i.e., de posse dos três níveis de vantagens (OLI), a internacionalização da produção via IDE seria a mais estratégica.

De maneira a esmiuçar ainda mais a finalidade e o propósito do investidor por trás do IDE, Brewer⁴ apresentou uma caracterização para os diferentes projetos de investimento, da seguinte maneira:

- “Market-seeking Projects”, investimentos visando a adquirir ou aumentar seu market-share no mercado interno do país receptor dos investimentos;
- “Efficiency-seeking Projects”, investimentos buscando menores custos pelo aproveitamento de economias de escala e escopo, para atender tanto ao mercado do país de origem quanto o do país de destino dos investimentos;
- “Resource-seeking Projects”, investimentos procurando por matérias-primas e mão-de-obra baratas associados ao desenvolvimento das exportações do país receptor; e
- “Asset-seeking Project”, investimentos objetivando a aquisição de ativos estratégicos via instalação de novas fábricas, fusões e aquisições, ou joint-ventures para atuar em mercados regionais ou globais (Amal e Seabra, 2007).

⁴ Em Dunning (1973), encontramos categorização semelhante: *resource based, market based, rationalized specialization e trade and distribution*.

Por fim, existem economistas como Mudambi e Navarra⁵ que defendem a importância do ambiente institucional na explicação dos fluxos de IDE, uma vez que ao solucionar imperfeições de mercado, aumentam a eficiência das firmas nele presentes. É válido ressaltar que, quando nos referimos ao ambiente institucional, estamos nos referindo não apenas a instituições políticas e econômicas, mas também a fatores socioculturais de uma economia.

1.3 – Os Determinantes do IDE para Economias em Desenvolvimento

Nonnenberg e Mendonça (2005) apresentaram um modelo econométrico a fim de estudar a influência de fatores locacionais (*pull factors*) na decisão do investidor externo. Partindo de uma amostra de 33 países para o período de 1975 a 2000 e utilizando a metodologia de dados em painel, eles analisaram os efeitos sobre os IDEs das seguintes variáveis: o produto interno bruto (PIB), a taxa média de crescimento do PIB nos últimos cinco anos (G5PIB), a qualificação da força de trabalho (ESCOL), o grau de abertura da economia (ABERT), a taxa de inflação (INFLAÇÃO), a taxa de risco (RISCO), o consumo per capita de energia (ENERCON), o índice Dow Jones (DOW JONES) e o somatório do PIB dos maiores exportadores de capital da OECD para países em desenvolvimento (PIBOCDE).

Seus cálculos os levaram a concluir que “*todas as variáveis são significativas, apresentando os sinais esperados*”, ou seja:

- o PIB do país e sua taxa média de crescimento ao longo dos anos são fatores de atração de investimentos;
- a qualificação da mão-de-obra se mostrou positivamente relevante;
- o grau de abertura da economia também apresentou sinal positivo na correlação;
- a inflação e o risco país possuem efeito negativo sobre os IDEs; e

⁵ Para mais detalhes sobre a importância do ambiente institucional no processo de internacionalização da produção: Mudambi, R. & Navarra, P. (2002). *Institutions and international business: A theoretical overview. International Business Review*, 11(1):35–55.

- o índice Dow Jones⁶ contribui com sinal positivo para os influxos de IDE.

Outro estudo, um pouco mais recente, foi apresentado por Jadhav (2012) e trouxe uma análise ainda mais específica, com foco sobre os determinantes dos IDE destinados especificamente aos países do BRICS⁷. Com base em dados em painel para o período de 2000 a 2009 para essas cinco economias, é analisado o efeito das variáveis econômicas PIB, inflação, abertura comercial, disponibilidade de recursos naturais, além de outras variáveis institucionais e políticas, tais quais, Voz e Responsabilidade e Estado de Direito, respectivamente.

Seus resultados mostraram que os determinantes tradicionalmente econômicos tendem a ter maior importância sobre os IDE que aqueles de origem política ou institucional. O tamanho de mercado e o grau de abertura da economia são significativos e apresentaram sinal positivo. Já a disponibilidade de recursos naturais, apesar de significativa, apresentou sinal negativo. Esse resultado permitiu a Jadhav a conclusão de que os investimentos direcionados aos países do BRICS, em sua maior parte, são “market-seeking”, e não “resource-seeking”.

⁶ “(...) os IDEs estiveram muito associados a processos internacionais de F&A que, por sua vez, foram fortemente influenciados pelo desempenho das bolsas. Assim, períodos que registraram aumentos significativos desse índice – DOW JONES – refletem momentos de euforia com aumento da propensão a realizar investimentos com maior risco [por exemplo, investimentos em países em desenvolvimento]. ” (Nonnenberg e Mendonça, 2005, P.641).

⁷ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

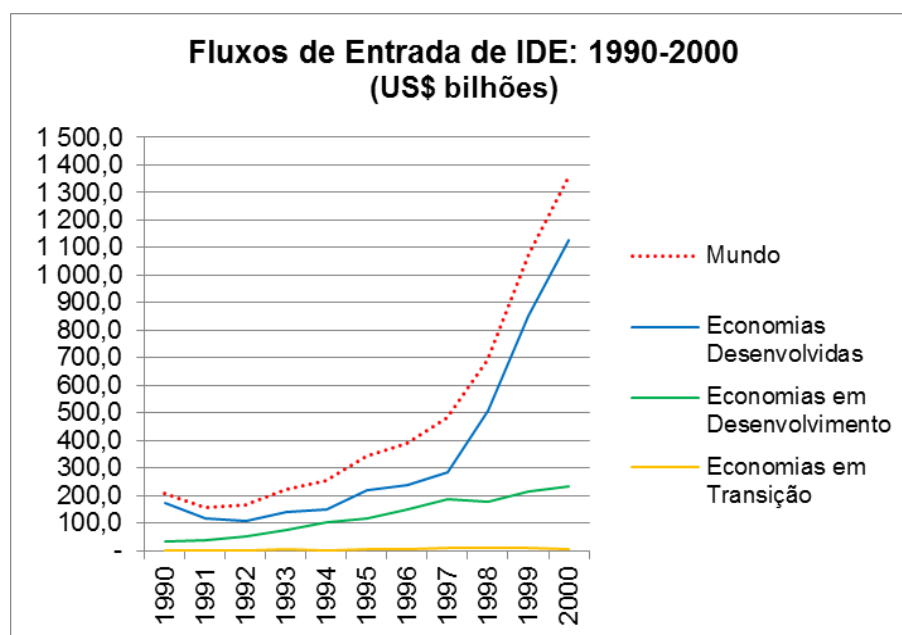
CAPÍTULO II – A DÉCADA DE 2000: EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO

II.1 – Antecedentes

A década de 1990 foi marcada por um afrouxamento das regulações referentes ao IDE por todo o mundo, criando uma atmosfera mais favorável ao capital estrangeiro. Não por acaso, fluxos globais de IDE passaram por um crescimento vertiginoso ao longo desse período liderado, principalmente, por uma onda de F&A transfronteiriças.

É notável o fato de que os influxos de IDE cresceram tanto para economias desenvolvidas quanto para economias em desenvolvimento. Entretanto, podemos perceber, de acordo com o Gráfico 1, que, a partir de 1998 os influxos para países desenvolvidos dispararam, derrubando a participação que as economias em desenvolvimento viam acumulando nos influxos mundiais. Dessa forma, ao final da década a participação de cada um deles – países desenvolvidos e em desenvolvimento - no total dos influxos volta a se equiparar aos valores do início da década, com as economias avançadas recebendo em torno de 80% dos influxos totais e as economias em desenvolvimento respondendo por aproximadamente 20% desse montante. No caso dos países em transição⁸, para o mesmo período, apesar do crescimento de 80% nos influxos de investimentos, sua participação nos influxos mundiais permaneceu insignificante, inferior a 1%.

⁸ Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Servia, Geórgia e os países da CEI.

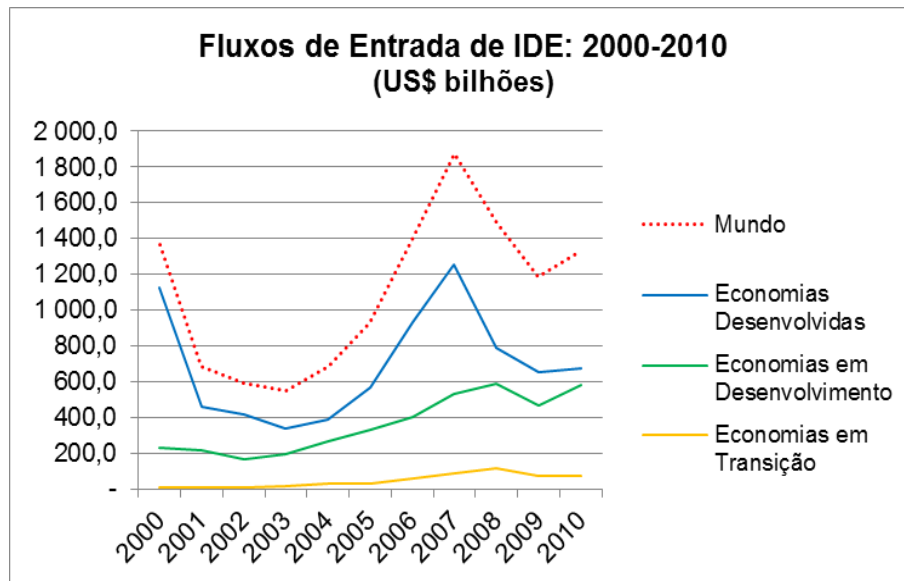
Gráfico 1 – Fluxos de Entrada de IDE: 1990-2000

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls>

II.2 – A Década de 2000

A primeira década dos anos 2000, foi bem instável do ponto de vista dos influxos de IDE. Após um momento inicial de desaceleração econômica, puxada principalmente pelos países desenvolvidos, a economia internacional voltou a crescer em 2004, apenas para se ver novamente abalada pela recessão a partir de 2008. Os influxos de capital, muito influenciados pelo desempenho da economia mundial e, mais especificamente, pelo desempenho das economias desenvolvidas, acompanharam o mesmo comportamento, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Fluxos de Entrada de IDE: 2000-2010



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls>

No ano de 2001 a economia internacional entrou em um período de desaceleração econômica, com as três maiores economias do mundo – EUA, Japão e Alemanha – enfrentando a recessão. A consequência foi uma queda brusca nos influxos de IDE, pela primeira vez em 10 anos, liderada pelos países desenvolvidos, cujos influxos baixaram de US\$ 1,1 trilhão em 2000 para US\$ 460,7 bilhões em 2001, resultado 60% menor.

As economias em desenvolvimento, por sua vez, passaram por uma desaceleração bem menos traumática, com uma queda de apenas 10% nos influxos em 2001. Em consequência, sua participação no total dos fluxos de entrada de IDE praticamente dobrou, chegando a 34% em 2001, ante 17% no ano 2000. As economias em transição, por sua vez, foram as únicas a apresentar um nível de crescimento dos influxos de IDE no ano, porém esse crescimento não foi capaz de afetar de forma significativa sua participação no total de influxos de IDE, que se manteve insignificante.

Enquanto os influxos para economias desenvolvidas só recuperaram seus níveis do final da década de 1990 em 2007, as economias em desenvolvimento, já em 2004, conseguiram ultrapassar a marca recorde de US\$232 bilhões alcançada em 2000, atingindo o valor de US\$264 bilhões no ano. A consequência direta foi o aumento da participação no estoque mundial de IDE dos países em

desenvolvimento, que atingiu 38% em 2004 (UNCTAD). É válido mencionar que esse percentual só voltaria a ser atingido em 2008, ao eclodir a crise financeira internacional.

Às vésperas da crise, em 2007, os fluxos internacionais de IDE atingiram níveis históricos, chegando a US\$1,8 trilhão. Já em 2008, os países desenvolvidos, onde a crise tivera sua origem, experimentaram uma queda de 38% nos influxos de IDE. Os fluxos para países em desenvolvimento e em transição, por sua vez, só foram sentir seus efeitos em 2009, apresentando uma queda de 20% e 40% nos fluxos de entrada de IDE, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Numa perspectiva individual, o ranking dos dez países que mais receberam investimentos diretos externos no mundo mudou bastante com o passar da década. Apenas os EUA conseguiram manter sua posição de maior receptor durante quase todo o período analisado, perdendo-a apenas no ano de 2003 para a China. É interessante analisar que, de 1990 a 2000, a Alemanha saiu da 13ª posição para a 2ª posição no ranking, para na década seguinte ser superada pela China que, numa trajetória muito semelhante, saiu da 11ª posição em 1990 para a 7ª em 2000 e depois para a 2ª em 2010.

A maior parte dos países que constava na lista em 1990 perdeu posição e em 2010, vinte anos depois, já não constava mais na lista. Esse foi o caso de França, Países Baixos, Austrália, Canadá, Itália e Suíça, que cederam espaço para China, Hong Kong, Alemanha, Bélgica, Brasil e Irlanda.

Tabela 1 – Ranking de Países por Fluxo de Entrada de IDE em 1990, 2000 e 2010

Ranking de Países por Fluxo de Entrada de IDE em 1990, 2000 e 2010											
1990			2000			2010					
	Valor (US\$ bilhões)	Participação no Total		Valor (US\$ bilhões)	Participação no Total		Valor (US\$ bilhões)	Participação no Total			
1	EUA	48,40	24%	1	EUA	314,00	23%	1	EUA	198,00	15%
2	Reino Unido	30,50	15%	2	Alemanha	198,28	15%	2	China	128,50	10%
3	França	16,50	8%	3	Reino Unido	121,90	9%	3	Hong Kong, China	70,54	5%
4	Países Baixos	11,10	5%	4	Canadá	66,80	5%	4	Alemanha	65,64	5%
5	Espanha	10,80	5%	5	Países Baixos	63,90	5%	5	Bélgica	60,63	5%
6	Austrália	7,90	4%	6	Hong Kong, China	54,60	4%	6	Reino Unido	58,95	4%
7	Canadá	7,60	4%	7	China	40,70	3%	7	Singapura	55,10	4%
8	Itália	6,30	3%	8	Espanha	39,60	3%	8	Brasil	48,50	4%
9	Singapura	5,60	3%	9	Dinamarca	33,80	2%	9	Irlanda	42,80	3%
10	Suíça	5,50	3%	10	Brasil	32,80	2%	10	Espanha	39,90	3%
	Outros PD	25,60	12%		Outros PD	286,95	21%		Outros PD	207,27	16%
	Outros PED	29,02	14%		Outros PED	104,12	8%		Outros PED	277,25	21%
	PT	0,07	0%		PT	5,77	0%		PT	75,01	6%
	TOTAL	204,90			TOTAL	1363,22			TOTAL	1328,10	

*Os países em desenvolvimento estão em destaque.

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. Disponíveis em:

Adiante, vamos tratar mais especificamente do caso do Brasil, que ocupava apenas a 30ª posição em 1990 e em 2010 chegou a ser o 8º país que mais recebeu

IDE no ano, e da China, que saiu da 11^a posição em 1990 para a 2^a colocação em 2010.

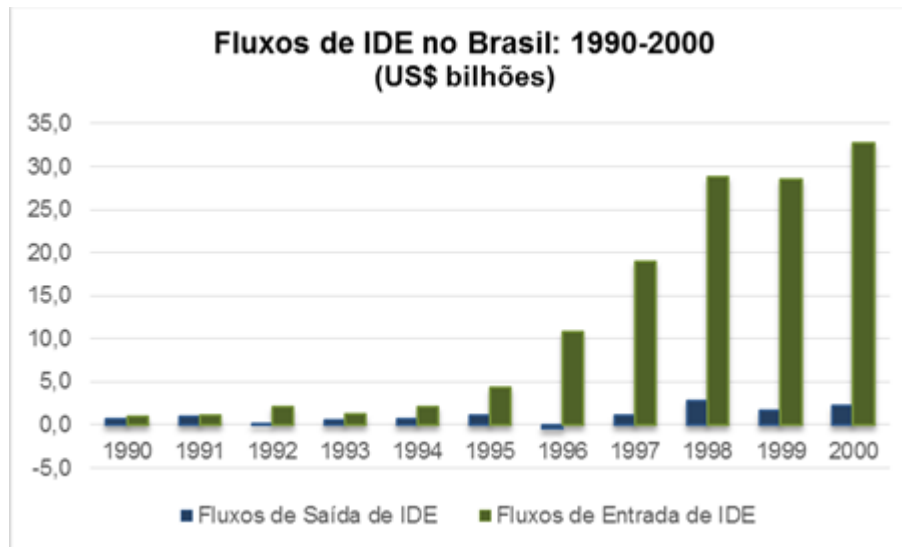
II.3 – O Caso Brasileiro

A década de 1990 para os países em desenvolvimento foi marcada, de maneira geral, pela estabilização econômica e pela abertura comercial – principalmente através de desregulamentações e privatizações.

No início da década, foi implementado, no país, um conjunto de medidas de caráter liberal, de maneira a promover a abertura comercial e desregulamentar o mercado interno. Mas foi a partir da implantação do Plano Real em 1994 e a consequente estabilização da economia brasileira que se observou um crescimento bastante intenso nos influxos de capitais. Como pode ser observado no Gráfico 3, no ano seguinte à implantação do Real, 1995, os influxos mais do que dobraram, passando de aproximadamente US\$ 2,1 bilhões em 1994 para US\$4,4 bilhões. De maneira geral, o país passou de um valor de US\$1 bilhão em fluxos de entrada de IDE em 1991 para US\$30 bilhões em 2000, aproximadamente.

Em relação aos fluxos de saída de IDE do Brasil, podemos ver no Gráfico 3 como permaneceram insignificantes ao longo da década de 1990. No início da década, em 1991, o Brasil enviou cerca de US\$1 bilhão em IDE para o exterior, num patamar ainda alinhado ao dos fluxos de entrada. A partir de 2002 já podemos perceber uma divergência entre as duas variáveis, uma vez que os fluxos de entrada dispararam e os fluxos de saída seguiram em direção oposta, reduzindo-se e chegando a ficar negativo em US\$0,5 bilhão em 1996. Somente a partir de 1997 é que será possível verificar um modesto crescimento dos IDE enviados ao exterior, muito aquém do valor recebido.

Gráfico 3 – Fluxos de IDE no Brasil: 1990-2000



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:**

<http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls> e

<http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab02.xls>.

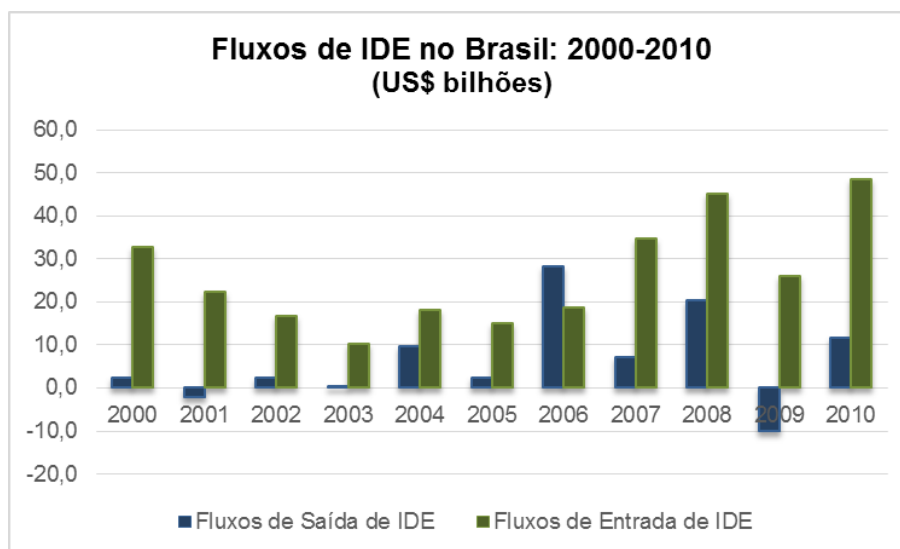
A década de 2000, por sua vez, não foi tão próspera do ponto de vista do crescimento dos fluxos de entrada: o recorde conquistado em 2000 só seria alcançado e superado nos anos de 2007 e 2008. Com a principal economia do mundo abalada pela queda da bolsa de valores e pelo desaquecimento econômico, e desestabilizada pelos atentados terroristas, 2001 foi um ano de fortes contrações nos fluxos internacionais de capitais. No caso brasileiro, somam-se a esse cenário internacional desfavorável o declínio do programa de privatizações, a crise energética e o ataque especulativo frente à desconfiança e à instabilidade geradas pelo processo eleitoral.

Os influxos para o país só voltariam a crescer em 2004, mesmo assim ainda muito abaixo da marca histórica atingida em 2000. Ao final da década, em 2009, foram sentidos os efeitos da crise financeira que abalou o mundo em 2008. Os influxos novamente se reduziram, dessa vez quase à metade, cerca de 40%. Todavia, em 2010 os influxos se recuperaram com força total, superando o recorde de 2008 e atingindo a marca de US\$ 48,5 bilhões.

Os fluxos de saída de IDE brasileiros continuaram menos expressivos, mas ganharam força quando comparados à década passada, principalmente a partir de 2004. Inclusive, em 2006 surpreendentemente os fluxos de saída de IDE conseguiram ultrapassar os fluxos de entrada de IDE, o que ainda não havia

acontecido em todo o período analisado. Todavia, em 2009, ano em que o mundo sofria com as consequências da crise financeira internacional, os fluxos de saída foram negativos⁹ em aproximadamente US\$ 10 bilhões.

Gráfico 4 – Fluxos de IDE no Brasil: 2000-2010



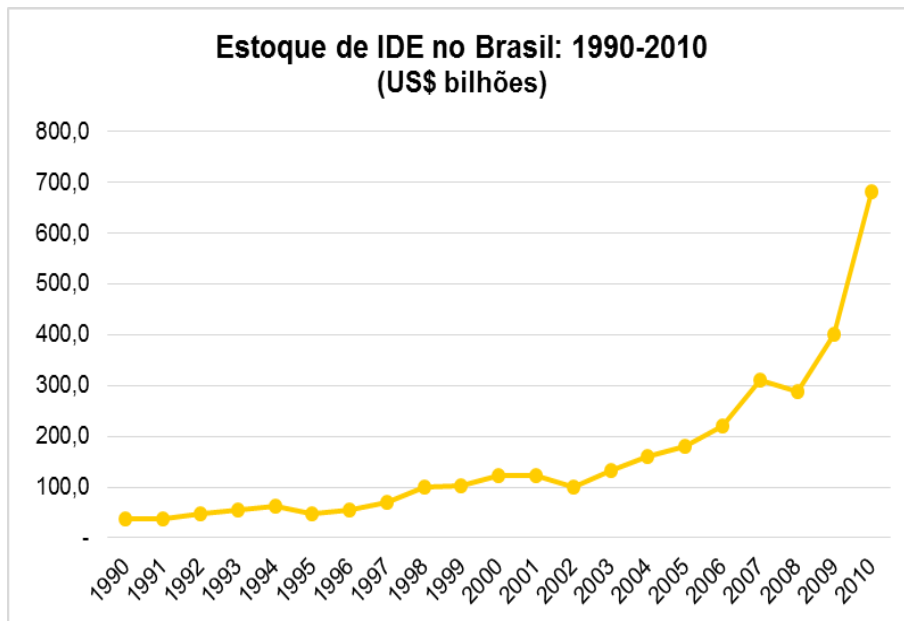
Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:**

<http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls> e

<http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab02.xls>.

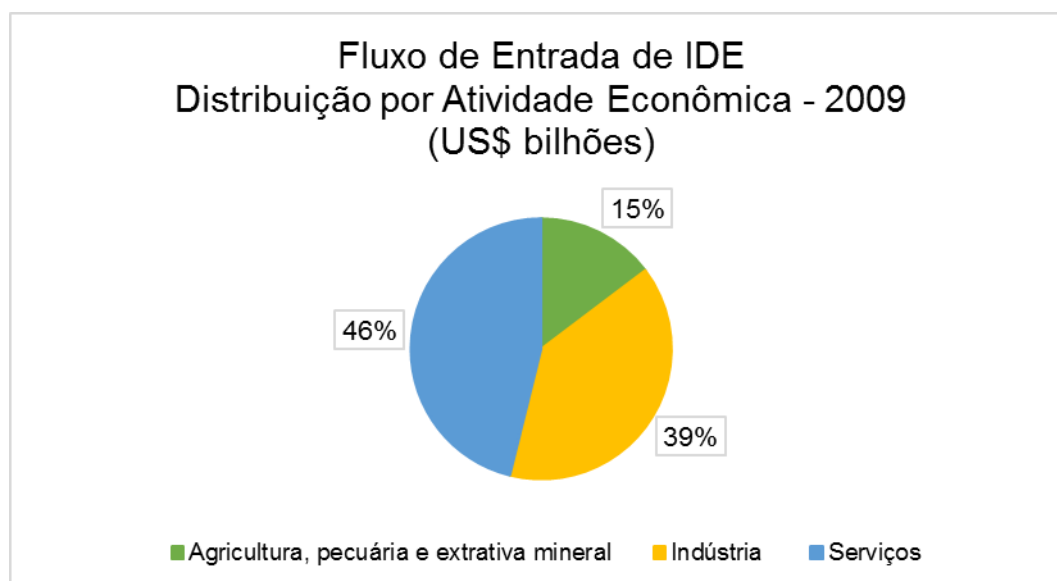
De maneira geral, ao longo das duas décadas o estoque de IDE no país saiu de um valor de US\$ 37 bilhões em 1990 para US\$ 680 bilhões em 2010.

⁹ O que indica que o país teve que abrir mão de ativos que possuía no exterior.

Gráfico 5 – Estoque de IDE no Brasil: 1990-2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab03.xls>.

Em 2009, os IDEs estavam alocados de tal forma que a maior parte desses investimentos, cerca de 45%, era direcionada ao setor de Serviços, num total de aproximadamente US\$ 14 bilhões. Em segundo lugar, a Indústria respondia por cerca de 40% dos IDEs no Brasil, acumulando um total de quase US\$ 12 bilhões. Por fim, o setor primário – Agricultura, Pecuária e Extrativa Mineral – recebia em torno de 15% dos investimentos diretos, totalizando US\$ 4,5 bilhões aproximadamente.

Gráfico 6 – Distribuição por Atividade Econômica - 2009

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos do BaCen. **Disponíveis em:** <<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=INVED>>.

Um olhar mais aprofundado nos permite destacar quais as atividades dentro de cada um dos três setores que mais têm trazido investidores estrangeiros para o país¹⁰. No setor de Serviços, as rubricas relacionadas a atividades financeiras¹¹ e ao comércio¹², tanto varejista como atacado, são aquelas responsáveis pelos maiores aportes de capital em 2009. Já no setor da Indústria, as rubricas “Fabricação de Coque, de Produtos Derivados de Petróleo e de Biocombustíveis”, “Metalurgia” e “Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias” se destacaram no ano em questão. Por fim, no setor de Agricultura, Pecuária e Extração Mineral, as rubricas “Extração de Petróleo e Gás Natural” e “Extração de Minerais Metálicos” retiveram, respectivamente, 57% e 29% dos IDEs no primeiro setor em 2009.

¹⁰ O Anexo A traz uma apresentação em tabela mais detalhada.

¹¹ “Serviços Financeiros”, “Seguros, Resseguros, Previdência Complementar e Planos de Saúde” e “Atividades Auxiliares dos Serviços Financeiros, Seguros, Previdência Complementar e Planos de Saúde”.

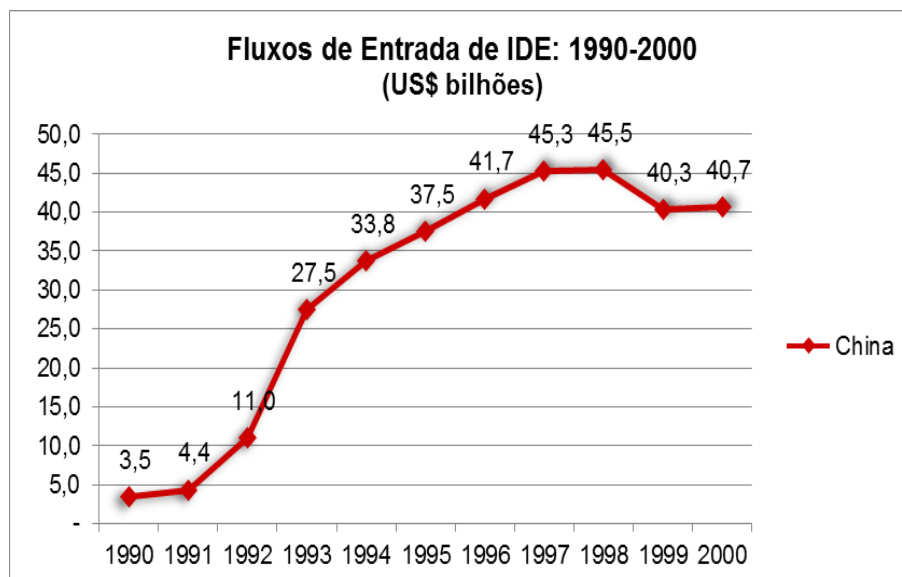
¹² “Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas” e “Comércio Varejista”.

II.4 – O Caso Chinês

Ao longo dos anos 1990, a China iniciou seu processo de abertura e liberação econômica, liderado pelo governo, que visava à integração da economia chinesa à economia internacional. Não à toa, em 2001 o país finalmente passou a integrar a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como se pode observar no gráfico a seguir, os fluxos de entrada de IDE na China saíram de um patamar de US\$ 3,5 bilhões em 1990 para um patamar de US\$ 40 bilhões em 1999, chegando a atingir US\$ 45,5 bilhões em 1998. Ou seja, ao final da década os influxos de IDE no país eram superiores em mais de dez vezes àqueles do início da década. Esse salto foi uma consequência da aceleração no processo de liberalização do comércio exterior e da expansão das Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Além disso, a manutenção da elevada taxa de crescimento econômico¹³ e a estabilização da taxa de inflação¹⁴ do país também contribuíram para atrair o investidor estrangeiro, como sugeriram Nonnenberg e Mendonça pelo modelo apresentado no primeiro capítulo desta monografia.

Gráfico 7 – Fluxos de Entrada de IDE: 1990-2000



¹³ “O crescimento do PIB caiu de em torno de 12% em 1978 para 5% em 1981, para atingir 15% em 1984, retrocedendo para cerca de 4% entre 1989 e 1990. A partir de 1991, as taxas aproximam-se cada vez mais da média de 10%.” (Nonnenberg, 2010, P. 205).

¹⁴ “A inflação oscilou fortemente entre 1978 e 1995, com picos em 1981, 1985, 1988 e 1994, quando chegou a 24% a.a. Desde então, retrocedeu rapidamente, permanecendo abaixo de 5% até 2006, para aumentar novamente em 2007 e 2008.” (Nonnenberg, 2010, P.206).

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls>

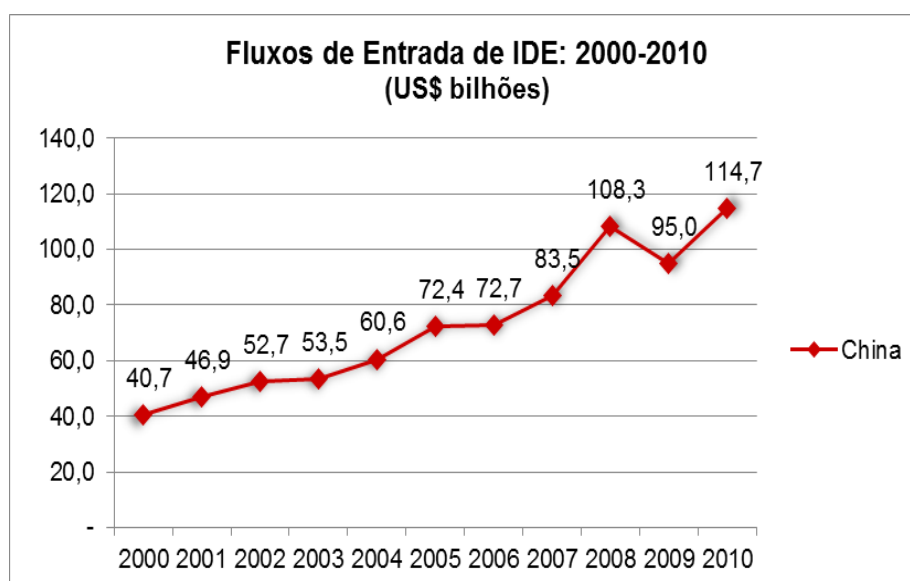
Em termos de fluxos de saída de IDE do país, a década de 1990 permitiu um leve crescimento dos mesmos, mas num comparativo com outros países, o desempenho permaneceu pouco significativo, não só na comparação com os países desenvolvidos, mas também quando levados em consideração aqueles países em desenvolvimento que mais investem no exterior - Hong Kong, Singapura e Coreia.

Tabela 2 – Fluxos de Saída de IDE: 1990-1999

Fluxos de Saída de IDE: 1990-1999 (US\$ bilhões)										
País/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Hong Kong, China	2,5	2,8	8,3	17,7	21,4	25,0	26,5	24,4	16,6	22,2
Singapura	2,0	0,5	1,3	2,2	4,6	7,3	9,2	12,3	3,5	8,1
Coreia	1,1	1,6	1,4	1,4	2,6	3,9	5,0	4,4	4,2	4,0
China	0,8	0,9	4,0	4,4	2,0	2,0	2,1	2,6	2,6	1,8

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab02.xls>

A década de 2000, por sua vez, teve uma taxa de crescimento dos influxos de IDE mais moderada, em comparação com a década anterior. Como se pode ver no gráfico abaixo, entre 2000 e 2009 a entrada de investimentos diretos no país apenas dobrou, atingindo a marca histórica de US\$ 108,3 bilhões em 2008. As crises internacionais de 2001 e 2008 favoreceram muito a economia chinesa que, apenas levemente abalada, seguiu sua trajetória de crescimento e expansão internacional, o que a permitiu alcançar, ainda que pontualmente, a posição de maior receptor de IDE em 2003 e, posteriormente, o segundo lugar em 2008, posição que mantém até 2014.

Gráfico 8 – Fluxos de Entrada de IDE: 2000-2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls>

Em se tratando dos fluxos de saída de IDE, a metade final da década de 2000 proporcionou uma grande transformação. Desde 2005 a China se configura como o segundo país que mais investe no exterior dentre os países em desenvolvimento, caminhando bem próximo a Hong Kong, o primeiro colocado.

Tabela 3 – Fluxos de Saída de IDE: 2000-2009

Fluxos de Saída de IDE: 2000-2009 (US\$ bilhões)										
País/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Hong Kong, China	54,08	18,06	13,16	12,06	43,64	27,00	44,48	64,17	48,38	59,20
China	0,92	6,89	2,52	2,85	5,50	12,26	21,16	26,51	55,91	56,53
Singapura	6,65	20,03	(0,25)	3,11	10,96	11,59	18,64	36,90	6,81	26,24
Coreia, Republica da	4,84	2,74	3,44	5,02	7,20	8,33	12,77	22,07	19,63	17,44

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab02.xls>

Durante essa última década, o crescimento e a diversificação dos IDEs chineses pelo mundo foram tão grandes, que o país se tornou um dos principais investidores em diversas regiões do mundo, como na África e na América Latina. Em relação aos investimentos no continente africano, o CEBC afirma: “as estatais

centrais e provinciais chinesas, apoiadas por Pequim, têm investido na exploração de recursos naturais e projetos de infraestrutura, normalmente apoiadas por financiamentos e fornecimento de bens e serviços de engenharia da China. Energia, mineração e agricultura são os principais focos de investimentos chineses em muitos desses países, havendo também grandes projetos de construção e infraestrutura em toda a região” (CEBC, 2013, P.34).

Já no caso dos investimentos em terras latino-americanas, temos que “a maior parte dos investimentos é direcionada à indústria extrativista, tendo como exemplo a concentração do IED chinês na aquisição de ativos de níquel em Cuba, de cobre no Chile e no Peru, bem como de petróleo na Venezuela e no Equador” (CEBC, 2013, P.34).

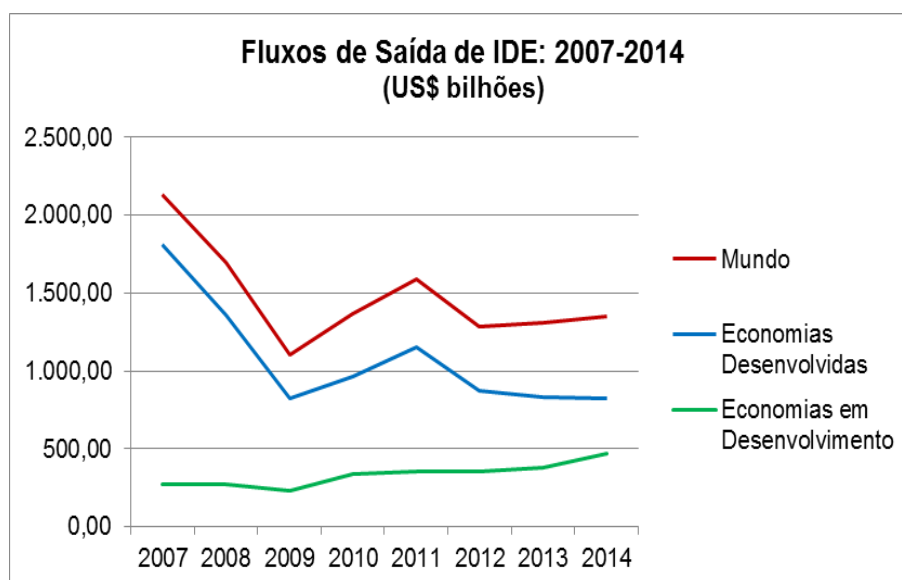
CAPÍTULO III – UM NOVO RUMO NAS RELAÇÕES SINOBRASILEIRAS

III.1 – Panorama Geral

A segunda década do milênio começou como um período de ligeira recuperação da economia mundial. Os fluxos mundiais de saída de investimentos, que em 2007 estavam na faixa de US\$2,1 trilhões de dólares, chegaram a marcar US\$1,1 trilhão em 2009 para voltar a crescer em 2010 para US\$1,3 trilhão, embora ainda bem abaixo do valor às vésperas da crise. Uma das razões para o enfraquecimento dos fluxos de IDE reside no fato de que os países mais abalados pela crise foram justamente aqueles responsáveis pela maior parte dos investimentos diretos no exterior: os países desenvolvidos.

O gráfico abaixo também mostra que, mesmo cinco anos após a crise, os fluxos de IDE ainda não conseguiram retornar ao patamar em que estavam antes dela. Em 2014, os fluxos de saída contabilizaram apenas US\$1,3 trilhão. O auge do período pós-crise foi alcançado em 2011, US\$1,5 trilhão. A fragilidade da economia global, a incerteza dos investidores quanto às políticas econômicas nos países ao redor do mundo e os elevados riscos geopolíticos, principalmente no mundo oriental, são os principais responsáveis pela baixa performance dos fluxos de IDE (UNCTAD).

Gráfico 9 – Fluxos de Saída de IDE: 2007-2014

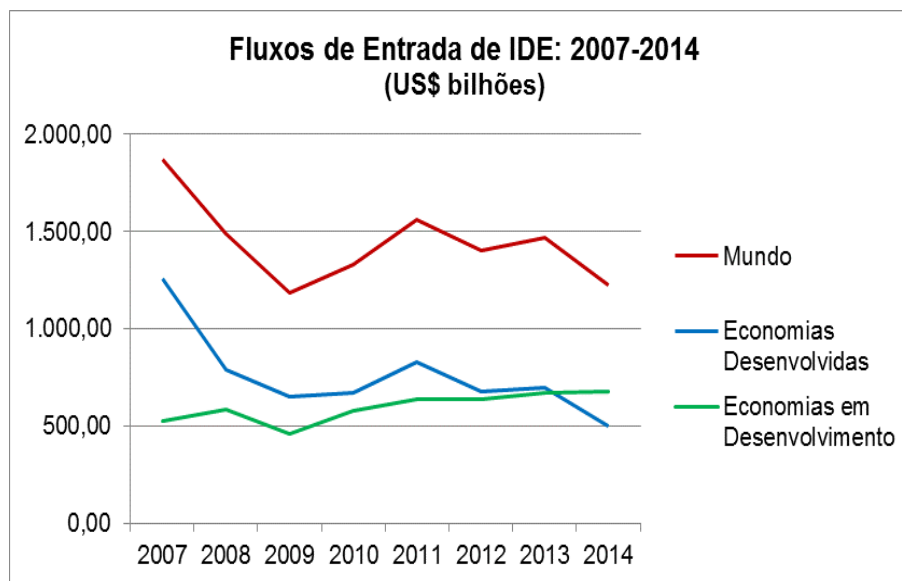


Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:**

<http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab02.xls>

Ao analisar os fluxos de entrada de investimentos, podemos perceber alguns fenômenos bastante interessantes: em 2014, pela primeira vez, os países em desenvolvimento receberam mais IDEs que os países desenvolvidos. De acordo com dados da UNCTAD, cerca de US\$ 681 bilhões de dólares em IDE adentraram países em desenvolvimento, contra cerca de US\$ 498 bilhões de dólares para países desenvolvidos.

Gráfico 10 – Fluxos de Entrada de IDE: 2007-2014



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls>

Além disso, pela segunda vez a China conseguiu superar os EUA e alcançar a primeira colocação. Não apenas os chineses, mas também Hong Kong foi capaz de tal feito, alcançando a segunda colocação, deixando os EUA com a terceira posição apenas. No mais, dentre os dez principais países receptores de IDE, cinco já são economias em desenvolvimento: China, Hong Kong, Singapura, Brasil e Índia.

Tabela 4 – Ranking de Países por Fluxo de Entrada de IDE em 2014

Fluxo de Entrada de IDE - 2014			
		Valor (US\$ bilhões)	Participação no Total
1	China	128,50	10%
2	Hong Kong, China	103,25	8%
3	United States	92,40	8%
4	United Kingdom	72,24	6%
5	Singapore	67,52	5%
6	Brazil	62,49	5%
7	Canada	53,86	4%
8	Australia	51,85	4%
9	India	34,42	3%
10	Netherlands	30,25	2%
	Outros PD	198,15	16%
	Outros PED	285,20	23%
	PT	48,11	4%
TOTAL		1 228,3	

*Os países em desenvolvimento estão em destaque.

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. Disponíveis em:
<http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls>

Em termos de fluxos da saída, os países em desenvolvimento ainda são minoria entre os dez países que mais investem no exterior. Além disso, os EUA assumem a liderança com um valor superior em mais de duas vezes o do segundo colocado, Hong Kong.

Tabela 5 – Ranking de Países por Fluxo de Saída de IDE em 2014

Ranking de Países por Fluxo de Saída de IDE em 2014			
		Valor (US\$ bilhões)	Participação no Total
1	Estados Unidos	336,94	25%
2	Hong Kong, China	142,70	11%
3	China	116,00	9%
4	Japão	113,63	8%
5	Alemanha	112,23	8%
6	Rússia	56,44	4%
7	Canadá	52,62	4%
8	França	42,87	3%
9	Países Baixos	40,81	3%
10	Singapura	40,66	3%
	Outros PD	123,73	9%
	Outros PED	112,35	8%
	PT	63,07	5%
TOTAL		1 354,0	

*Os países em desenvolvimento estão em destaque.

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da UNCTAD. **Disponíveis em:** <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab02.xls>

III.2 – O Novo Rumo das Relações Sino-Brasileiras

Estando de fora da lista dos principais receptores de investimentos chineses ao longo de toda sua expansão nas décadas de 1990 e 2000, finalmente o ano de 2010 inaugurou uma nova fase nas relações econômicas sino-brasileiras. Um aumento sem precedentes no volume de IDE chinês no país se refletiu em uma cifra de US\$ 13,1 bilhões apenas para os influxos chineses e, “*neste momento, a China se tornou uma das maiores fontes de investimento estrangeiro direto no país*” (CEBC, 2013, P.8).

Ainda segundo o CEBC, esses investimentos “*tinham como objetivo garantir o fornecimento de longo prazo de commodities e, também, implementar uma estratégia de busca de mercado no setor industrial com potencial para o estabelecimento de uma plataforma de exportação no Brasil orientada para a América Latina*” (CEBC, 2013, P.17)

A crise financeira internacional de 2008, cujo epicentro estava em países desenvolvidos, foi um grande impulsionador desses IDEs. Com suas economias abaladas e a capacidade de consumo reduzida, os países desenvolvidos deixaram de ser um destino atraente ao capital chinês, majoritariamente do tipo *market-seeking* nesses países (CEBC, 2014, P.41). A alternativa que se apresentava, então, era explorar o mercado de consumo em economias emergentes. Somando-se a isso, a queda no valor de mercado de ativos detidos por empresas de países desenvolvidos – principalmente europeus – no exterior fez com que esses ativos se tornassem bastante atraentes ao capital chinês (CEBC, 2014, P.41).

A partir de 2010, o Brasil passou a compor a rede de fornecedores internacionais de matérias primas da economia chinesa, com valiosos projetos voltados para os setores de petróleo e gás e de mineração e aço. Tendo investido fortemente na América Latina já na década de 2000, com projetos relacionados à indústria extrativista em Cuba, Chile, Peru, Venezuela e Equador, não é de surpreender que o Brasil viesse em seguida na lista.

Ao mesmo tempo, os chineses também aproveitaram o crescimento do mercado de consumo brasileiro, alinhado a políticas de incentivo ao consumo e à

ampliação do acesso ao crédito, para investir no setor de bens de consumo, principalmente no setor automotivo e de eletrônicos. Em menor escala, a indústria de máquinas e equipamentos também recebeu uma forte entrada de investimentos chineses, visando a atender as demandas recorrentes das obras para Copa do Mundo e Olimpíadas.

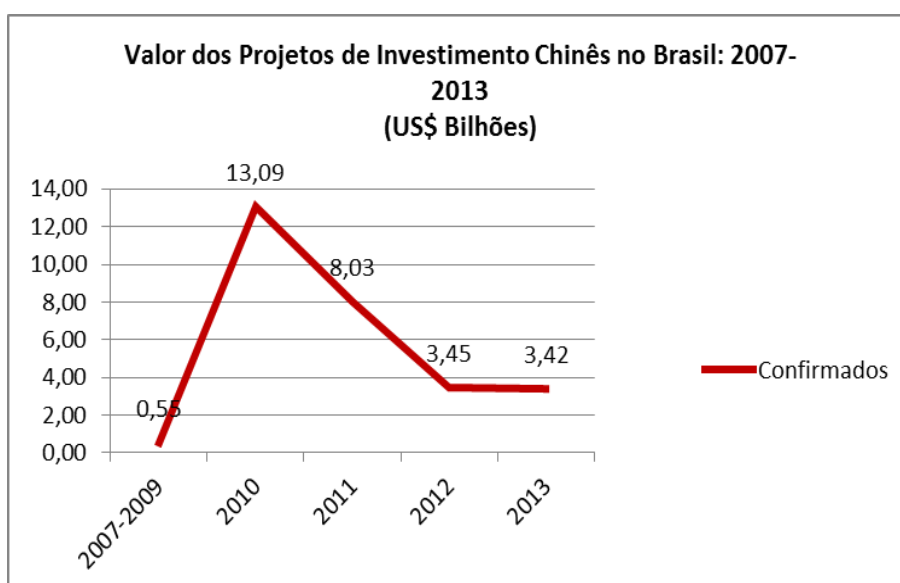
III.3 – Características do IDE chinês no Brasil

De acordo com pesquisas do CEBC, e levando em consideração o número de projetos chineses no Brasil, é possível afirmar que a maioria deles é realmente do tipo *market-seeking*. Isso quer dizer que têm como objetivo inserir-se ou aumentar sua participação no mercado brasileiro.

O setor industrial é o que recebe o maior número desses projetos, com destaque para as indústrias automobilística, de máquinas e equipamentos e eletroeletrônica. O surgimento da nova classe média brasileira e o crescimento do mercado consumidor brasileiro motivaram boa parte dos investimentos em automobilística e eletroeletrônica. Já em relação ao segmento de máquinas e equipamentos, podemos atribuir ao PAC e às obras relacionadas tanto à Copa do Mundo quanto às Olimpíadas os incentivos necessários ao IDE chinês no setor.

No entanto, se analisarmos do ponto de vista dos valores investidos no país, os projetos de maior valor são aqueles associados a *resource-seeking*, i.e., a busca por matérias primas, principalmente petróleo, gás e energia.

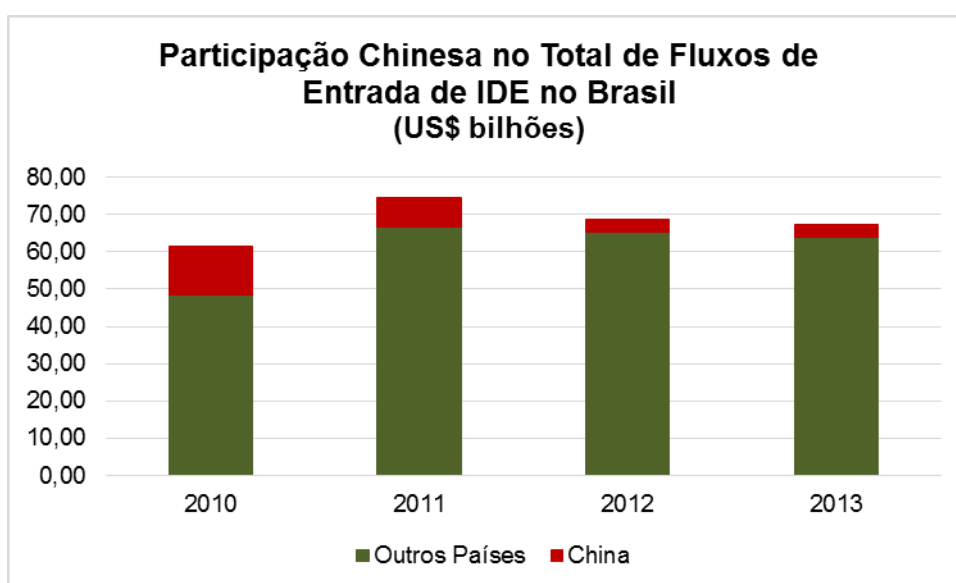
Gráfico 11 – Valor dos Projetos de Investimento Chinês no Brasil: 2007-2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEBC. **Disponíveis em:** CEBC, 2014, P.7.

Como é possível observar no Gráfico 11, após atingir o pico de US\$ 13 bilhões em 2010, o valor dos IDEs cai nos anos seguintes e parece se estabilizar em um patamar acima dos US\$3 bilhões anuais. Em 2010, o investimento chinês foi responsável por 27% dos investimentos diretos no país, para depois estabilizar-se em 5% em 2012 e 2013.

Gráfico 12 – Participação Chinesa no Total de Fluxos de Entrada de IDE no Brasil no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEBC para os IDE chineses e da UNCTAD para os valores totais. **Disponíveis em:** CEBC, 2014, P.7. UNCTAD: <http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2015/WIR15_tab01.xls>.

O curioso é que, apesar da queda de 73% no valor dos investimentos de 2010 para 2012, o número de projetos é o mesmo para os dois anos, como pode ser observado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Número de Projetos de Investimento Chinês no Brasil: 2007-2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEBC. **Disponíveis em:** CEBC, 2014, P.7.

Uma das explicações possíveis está no fato de que muitos projetos já estão em fase de execução e consolidação, o que implica menores aportes de investimento. Além disso, pelo lado brasileiro, a desaceleração da economia nos últimos anos e o aumento do endividamento da “nova classe média”, um dos fatores que atraiu o capital chinês para o país, também justificam maior moderação nos IDE no país.

Já pelo lado chinês, a reorientação político-econômica do país, estabelecida no 12º Plano Quinquenal (2011-2015), também serve de justificativa, ao definir uma mudança no modelo de crescimento do país - até então muito dependente de investimentos estrangeiros e exportações - centrado no fortalecimento do mercado de consumo interno. Em paralelo, foi também formulado “Plano Quinquenal Verde” no país, que prevê a redução do consumo de combustíveis fósseis e da emissão de poluentes e, dessa forma, compromete os investimentos chineses em óleo e gás no Brasil – justamente aqueles com maiores orçamentos.

Em referência ao ano de 2010, a maior parte desses investimentos, em torno de 65% do valor total, entrou sob a forma de projetos de Fusão e Aquisição, como foi o caso da compra de 40% das ações da Repsol Brasil pela Sinopec, levando à criação da Repsol Sinopec Brasil. Além disso, cerca de 90% dos investimentos chineses no país foram realizados pelas principais empresas estatais chinesas, as

“*Central SOEs*”, o que indica que não se tratam de IDE temporários, mas, sim, de investimentos com um planejamento de médio a longo prazo (CEBC, 2011, P.23).

Uma parcela menor, em torno de 20% do valor total dos IDE, entrou no país sob a forma de investimentos greenfield, como foi o caso da Chery, que investiu US\$400 milhões na construção de uma fábrica no estado de São Paulo. As Joint Venture tiveram uma participação menor, mas ainda significativa, de 10% do valor total dos IDE (CEBC, 2011, P.23).

O biênio de 2012-2013 refletiu uma queda no montante de investimentos chineses que chegaram ao Brasil na comparação com o biênio imediatamente anterior. Todavia, o número de projetos confirmados pelo CEBC não acompanhou essa tendência e aumentou para 24 projetos, contra 22 no período 2010-2011. Segundo o CEBC, “*as empresas chinesas têm desenvolvido um melhor planejamento de suas ações, com base em um conhecimento ampliado sobre a economia e o mercado brasileiro*” (CEBC, 2014, P.7), o que justificaria projetos com um orçamento mais preciso e enxuto.

Tabela 6 – Projetos de Investimento Chineses no Brasil

Projetos de Investimento Chineses no Brasil (2012-2013)		
Setor	Quantidade	Valor Total (US\$ Milhões)
Automotivo	9	1330,50
Petróleo, Gás e Energia	5	3542,00
Eletrônico	4	695,00
Equipamento e Maquinário	3	65,00
Bancário	2	910,00
Agronegócio	1	340,00
Telecom	1	1,00
TOTAL	24	6883,5

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEBC. **Disponíveis em:** CEBC, 2014, P.7.

Desses 24 projetos confirmados para o biênio 2012-2013, apresentados na Tabela 6, a maior parte era composta por projetos ligados ao setor automotivo, um total de 9 projetos confirmados somando mais de US\$ 1 bilhão. De acordo com informações colhidas pelo CEBC, a JAC Motors Brasil investiu mais US\$ 50 milhões em sua fábrica em Camaçari, na Bahia, para aumentar sua capacidade produtiva. A

Chery, montadora chinesa, investiu cerca de US\$ 130 milhões adicionais para produzir motores no país e, assim, atender as exigências de conteúdo local. A Sinotruck investiu em torno de US\$ 150 milhões na construção de sua fábrica no Polo Industrial de Índios, em Santa Catarina, através de uma Joint Venture com outras empresas do ramo.

Em segundo lugar, por número de projetos confirmados, o setor de petróleo, gás e energia, acumulou um total de 5 projetos confirmados, com um valor superior a US\$ 3,5 bilhões. A Astroenergy investiu, em 2012, cerca de US\$ 350 milhões em um projeto de energia solar. A State Grid foi responsável por dois projetos, que somados atingem um valor de US\$ 1,6 bilhão. A empresa comprou sete empreendimentos do grupo espanhol ACS, dobrando sua carteira de linhas de transmissão, e arrematou dois lotes do primeiro leilão de transmissão de energia elétrica do Complexo do Teles Pires, que passa por Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Em 2013, CNPC¹⁵ e a CNOOC¹⁶ arremataram, em conjunto com outras empresas, a concessão para exploração de petróleo e gás no Campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Campos.

O setor de eletrônicos foi o terceiro colocado com um total de 4 projetos, em um orçamento de US\$ 695 milhões. A Lenovo participou com dois projetos, totalizando um investimento de US\$ 180 milhões no país em 2012. Em um deles, concluiu a compra da brasileira CCE; em outro, construiu uma fábrica em Itu, no interior de São Paulo.

¹⁵ China National Petroleum Corporation

¹⁶ China National Offshore Oil Corporation

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar, de maneira mais geral, os fluxos internacionais de IDE e, de maneira mais específica, os fluxos de bilaterais entre Brasil e China. Destarte, vimos que o IDE pode se dar através de investimentos pela aquisição ou ampliação de nova capacidade produtiva (*greenfield*), pela aquisição total ou parcial de uma empresa local (F&A) ou por uma parceria entre diversas empresas para a criação de uma terceira (Joint Ventures). Também vimos que os projetos de investimento podem ser classificados de acordo com a sua finalidade, enquadrando-se em um dos quatro grupos: *resource-seeking*, *market-seeking*, *efficiency-seeking* ou *asset-seeking*.

No segundo capítulo, foi possível perceber, através da análise de dados do segundo capítulo, que os fluxos internacionais de investimento acompanham a tendência de uma crescente integração internacional. Mais que isso, podemos observar que, no período recente, os fluxos de IDE têm contribuído inclusive para a diversificação dessa integração, expandindo-a da exclusividade dos eixos centrais, i.e., dos países desenvolvidos, para o mundo periférico dos países em desenvolvimento.

O processo de abertura e inserção internacional das economias em desenvolvimento ao longo das décadas de 1990 e 2000 permitiu a ascensão da participação dos países em desenvolvimento nos fluxos de IDE, principalmente em momentos de crise no mundo desenvolvido. Dessa forma, os estoques de IDE em países como Brasil e China avançaram de forma avassaladora, principalmente no final da década de 2000. Mais que isso, China e Hong Kong conseguiram se destacar como exportadores de IDE, algo que até recentemente era uma exclusividade do mundo desenvolvido.

No terceiro capítulo, foi possível verificar que, apesar de haver uma tendência global de redução dos fluxos internacionais de investimentos a partir de 2012, quando olhamos mais detalhadamente, percebemos que essa tendência é encabeçada apenas pelo grupo de países desenvolvidos. Quando analisamos o comportamento dos países em desenvolvimento, a tendência é na verdade de crescimento, tanto no sentido de realizar investimentos no exterior, quanto no sentido de recebê-los.

Nessa trajetória, os IDEs chineses para o Brasil se destacaram, atingindo o pico de US\$ 13 bilhões em 2010. O interesse pelos recursos naturais (*resource-seeking*) foi responsável pelos maiores aportes de capital chineses no país, via IDE, principalmente aqueles associados a petróleo, gás e energia. Já a busca por mercados (*market-seeking*), principalmente pelo crescente mercado consumidor brasileiro, foi responsável pela maior quantidade de projetos de investimento chineses no país. Ademais, a expansão do mercado de consumo brasileiro trouxe uma enormidade de projetos de investimento para o país, principalmente nos setores automotivo e de eletrônicos.

Todavia, apesar do estoque de IDE no país estar crescendo com maior força desde a última década, o país ainda apresenta muitos obstáculos sob a ótica do investidor internacional, de acordo com o CEBC, quando comparado com outras economias emergentes. A incerteza regulatória, a carga tributária elevada, os gargalos de infraestrutura e as rígidas leis trabalhistas funcionam como entraves aos investimentos internacionais.

Além disso, mais recentemente, a instabilidade política e econômica pela qual o país está passando, justo às vésperas do maior evento esportivo do mundo, as Olimpíadas, colocam em risco a expansão dos fluxos internacionais de investimento para o país. E, de maneira mais específica, o escândalo de corrupção na Petrobras, justamente no mercado de óleo e gás, que recebe os maiores aportes de investimento chinês no país, pode levar a uma baixa dos investimentos chineses no setor.

A China, por sua vez, está reorientando sua política econômica de acordo com o 12º Plano Quinquenal, buscando fortalecer seu mercado de consumo interno de maneira que ele contribua de maneira mais forte para o crescimento do país. Dessa forma, a economia chinesa passaria a depender menos dos investimentos estrangeiros e das exportações. Além disso, mais recentemente o país já apresenta sinais de desaceleração do crescimento econômico.

Isso se refletiu na estabilização dos IDEs chineses em um patamar bem abaixo do pico de 2010. Na casa dos US\$ 3 bilhões em 2012 e 2013, os investidores chineses parecem estar, mais recentemente, moderando sua atuação no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAL, MOHAMED; SEABRA, FERNANDO. *Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: Uma Perspectiva Institucional*. *Revista Economia, Brasília (DF)*, V.8, N2, P.231-247, mai/ago 2007.

BARROSO, L. *Esforços Tecnológicos das Firms Transnacionais no Brasil: Um Estudo da Primeira Década dos Anos 2000*. 2014. 298 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). *Investimentos Chineses no Brasil*. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/pt-br/projetos-e-pesquisas/investimentos-chineses-no-brasil>. Acesso em: Março 2016.

_____. *Uma Análise dos Investimentos Chineses no Brasil: 2007-2012*. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/pt-br/projetos-e-pesquisas/investimentos-chineses-no-brasil>. Acesso em: Março 2016.

_____. *Boletim de Investimentos Chineses no Brasil (2012-2013)*. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/pt-br/projetos-e-pesquisas/investimentos-chineses-no-brasil>. Acesso em: Março 2016.

DA SILVA, SILAS THOMAZ. *Padrões de Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor: Uma Análise do Investimento Direto Estrangeiro no País no Período 2003-2012*. *Boletim de Economia e Política Internacional*, N. 15, P.47-82, Setembro-Dezembro 2013.

GONÇALVES, R. *A internacionalização da produção: uma teoria geral?* *Revista de Economia Política, São Paulo*, V.4, N.1, P.101-122, jan./mar. 1984.

JADHAV, PRAVIN. *Determinants of foreign direct investment in BRICS economies: Analysis of economic, institutional and political factor*, *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 37, P.5-14, 2012.

NONNENBERG, MARCELO JOSÉ BRAGA; DE MENDONÇA, MÁRIO JORGE CARDOSO. *Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento*. *Estudos Econômicos, São Paulo*, V.35, P.631-655, Outubro-Dezembro 2005.

NONNENBERG, MARCELO JOSÉ BRAGA. *Determinantes dos Investimentos Externos e Impactos das Empresas Multinacionais no Brasil: As Décadas de 1970 e 1990*. Rio de Janeiro: IPEA, agosto 2003 (Texto para Discussão, 969).

. *China: Estabilidade e crescimento econômico. Revista de Economia Política, V. 30, Nº 2, P. 201-218, Abril-Junho 2010.*

SILVA FILHO, EDISON BENEDITO. *Trajetória Recente do Investimento Estrangeiro Direto e em Carteira no Brasil. Boletim de Economia e Política Internacional, N. 19, P.5-20, Janeiro-Abril 2015.*

UNCTAD. *World Investment Report (Diversos anos). Disponível em: <http://unctad.org/en/pages/DIAE/World%20Investment%20Report/WIR-Series.aspx>. Acesso em: Março 2016.*

UNCTAD. *World Investment Report 2014. Methodological Note. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationChapters/wir2014chMethodNote_en.pdf. Acesso em: Março 2016.*

Anexo A

BANCO CENTRAL DO BRASIL
 Diretoria de Fiscalização - Difis
 Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação - Desig
 Investimentos Estrangeiros Diretos 1/
 Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos 2/

US\$ milhões

Atividade Econômica	Ingressos		
	2007	2008	2009
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	4.982,07	12.995,57	4.474,27
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	316,91	498,11	255,02
PRODUÇÃO FLORESTAL	473,12	117,81	164,76
PESCA E AQUICULTURA	5,97	3,28	1,59
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	650,37	1.338,97	2.533,23
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	3.223,02	10.644,69	1.303,24
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	40,58	161,66	7,24
ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS	272,08	231,05	209,19
Indústria	12.166,08	14.012,97	11.924,74
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	1.748,18	2.226,12	426,50
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	68,57	12,12	115,82
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	7,06	7,16	8,81
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	52,64	51,05	66,11
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	30,12	18,37	15,73
PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	50,66	3,80	18,05
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	34,61	103,84	211,24
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	262,52	204,85	771,85
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	10,28	12,53	8,24
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	1.618,71	1.637,93	1.144,47
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	587,62	789,33	753,34
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS	164,41	289,94	349,19
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	465,43	670,51	437,46
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	307,45	650,53	224,44
METALURGIA	4.699,75	4.984,26	3.768,64
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	56,77	143,74	128,33
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	159,05	145,17	326,67
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	371,47	335,46	357,10
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	431,31	506,05	390,42
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	871,71	964,13	2.163,46
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMÓTORES	13,21	55,38	73,39
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	10,69	13,55	47,01
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	114,14	107,40	78,65
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	29,72	79,76	39,83
Serviços	16.556,44	16.877,75	14.044,96
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	618,22	909,18	970,07
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1,20	122,93	-
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	4,61	13,97	6,72
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS	1,71	11,35	22,01
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS	-	0,08	-
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1.508,45	1.385,92	723,95
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	114,49	337,34	426,28
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	93,67	22,92	14,31
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓTORES E MOTOCICLETAS	70,14	96,02	64,17
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMÓTORES E MOTOCICLETAS	666,36	1.640,38	1.474,93
COMÉRCIO VAREJISTA	2.099,45	923,26	1.292,67
TRANSPORTE TERRESTRE	36,11	346,83	132,53
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	166,55	117,53	158,27
TRANSPORTE AÉREO	32,91	188,03	220,06
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	884,31	412,85	316,94
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	-	0,10	0,09
ALOJAMENTO	92,89	112,56	261,59
ALIMENTAÇÃO	77,31	54,71	14,38
EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO	58,50	4,77	204,40
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE	35,77	11,88	70,61
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	0,02	0,02	0,02
TELECOMUNICAÇÕES	307,99	446,60	309,82
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	187,96	389,57	857,70
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	19,56	111,14	23,44
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	5.828,19	3.802,57	2.503,18
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	369,39	473,87	1.314,84
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE	126,46	1.911,00	1.130,27
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	721,85	1.721,40	596,12
ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA	3,60	1,06	1,90
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL	1.614,60	175,71	182,82
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS	133,19	186,13	88,78
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	22,00	19,10	19,86
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	94,46	96,82	59,65
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	71,23	106,52	29,93
ALUGUEIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	60,88	79,07	83,96
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,66	5,97	1,39
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS	26,80	5,93	7,45
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO	4,78	16,50	93,03
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	0,77	0,38	1,41
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	300,63	372,76	254,82
EDUCAÇÃO	49,75	178,59	56,89
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	6,22	4,24	2,86
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM	0,87	0,89	0,73
ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS	3,37	10,30	8,47
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	-	10,64	0,07
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS	0,33	0,02	-
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER	29,24	32,90	38,20
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	0,10	0,06	0,01
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS	5,25	3,34	1,24
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	3,65	2,04	2,13
Total	33.704,58	43.886,30	30.443,97

Notas:

1/ Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e de financiamentos em investimento direto com base nos registros constantes, no módulo IED, do sistema RDE (registro Declaratório Eletrônico).

Conversões em dólares às paridades históricas.

2/ Conforme a tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-2.0, do IBGE.